

Medida pode gerar greve

SÃO PAULO — A proposta da equipe econômica de acabar com a indexação da economia e consequentemente com os reajustes salariais pelo IPC-r a partir de janeiro seria um balão de ensaio para acabar mesmo com as datas-base, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e vice da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho. “Se acabar com esse índice, a gente usa outro, mas tenho informações de que o presidente (Fernando Henrique Cardoso) quer acabar a data-base e deixar o trabalhador sem força para reajustar seus salários”, diz o sindicalista, já prometendo barulho se isso acontecer.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, diz que vê com “bons olhos” qualquer

medida de desregulamentação da economia, desde que para beneficiar os trabalhadores. “Espero que o Fernando Henrique não venha para provocar uma greve geral, porque a insatisfação do trabalhador já é grande”, ameaça ele.

O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Benzoini, diz que se o governo tirar o IPC-r, mas adotar uma política salarial para impedir as perdas com a inflação, não há problemas.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Heigui-berito Navarro, a proposta é “mais um mecanismo de enrolação”. “Foi o Fernando Henrique que inventou o IPC-r; agora que ele não consegue controlar a inflação quer tirar de novo do trabalhador, diz Navarro, que é ligado à CUT.

OS RISCOS DA DESINDEXAÇÃO

■ Se o governo antecipar para janeiro as reposições salariais das categorias com datas-bases entre fevereiro e junho, corre o risco de criar uma espécie de *bolha inflacionária*. Isto porque os reajustes devem criar um aumento de custos e, consequentemente, de inflação.

■ Sem qualquer tipo de indexação permitida pelo governo, aumentam as chances de fórmulas de correção informal nos contratos. E contra isso, nada o governo pode fazer.

■ A tendência é que, sem a indexação por índices de preços, os agentes econômicos redobrem a atenção com a taxa de câmbio. O risco neste caso, portanto, é que qualquer repique no câmbio seja interpretado como inflação e pode ser repassado para preços e contratos.

■ A eliminação da TR pode provocar, no curto prazo, uma alta das taxas de juros e encurtamento nos prazos de contratos e aplicações no mercado.